



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO

(Do Sr. Weverton Rocha – PDT/MA)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para discutir a demarcação, homologação e ampliação de terras indígenas no Estado do Maranhão com ênfase nas Terras Indígenas Governador e Awá- Guajá.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública, em data a ser oportunamente agendada, para discutir a demarcação, homologação e ampliação de terras indígenas no Estado do Maranhão com ênfase nas Terras Indígenas Governador de Amarante e Awá- Guajá. Requeremos, outrossim, que sejam convidadas a participar desse evento as seguintes personalidades:

- a Senhor, José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça;
- o Senhor, Sarney Filho, Deputado Federal Líder na Bancada do Maranhão na Câmara dos Deputados;
- o Senhor, Edson Lobão Filho, Senador da República pelo Estado do Maranhão;
- a Senhora Maria Augusta Boulitreau Assirati, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai);
- o Senhor Arnaldo Lacerda Souza, Presidente da Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de São João do Caru no Maranhão;
- o Senhor Mauro Sergio Lima Marinho, Presidente da Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de Amarante no Maranhão;
- O Senhor Ridson Arruda Martins, Presidente da Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de Fernando Falcão no Maranhão;
- a Senhora Adriana Luriko Kamada Ribeiro, Prefeita Municipal de Amarante/MA;
- o Senhor Adailton Ferreira Cavalcante, Prefeito Municipal de Fernando Falcão/MA;
- o Senhor Jadson Lobo Rodrigues, Prefeito Municipal de São João do Caru.

134212FF46

134212FF46



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Notícias sobre conflitos relacionados à demarcação de terras indígenas infelizmente têm se tornado cada vez mais frequentes na mídia nacional, motivados principalmente por divergências entre identificações, delimitações e demarcações de terras indígenas, que muitas vezes se sobrepõem a terras particulares, assentamentos rurais e mesmo áreas urbanas já consolidadas.

A FUNAI, responsável pelo trabalho de demarcação dessas terras, vem muitas vezes conduzindo tais processos de forma pouco transparente, sem a participação da população. No Maranhão os estudos para criação e posterior demarcação da Terra Indígena (TI) dos Awá-Guajá afetará diretamente a vida de 40 mil pessoas de quatro municípios, o de São João do Caru, Zé Doca, Newton Belo e Centro Novo, caso seja homologada a área proposta pela FUNAI. No caso da TI Governador, a sua ampliação segundo relatos locais, abrangerá 75% do Município de Amarante o que o levará a colapso administrativo, visto que as arrecadações serão drasticamente diminuídas e parte da população desalojada.

Propõem-se com esta Audiência Pública ouvir as autoridades responsáveis pela demarcação de Tis no Brasil, com o objetivo de entendermos a questão e tentarmos estabelecer um acordo que possa tranquilizar toda a população provavelmente afetada.

Sala da Comissão, em 19 de junho de 2013.

(Dep. Weverton Rocha/ PDT-MA)

134212FF46

134212FF46